

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

KISSE TAILINE NASCIMENTO DE SOUZA

**APARÊNCIA FÍSICA E PADRÕES NORMATIVOS DE GÊNERO: UMA
INVESTIGAÇÃO *ON-LINE***

RIO BRANCO
2022

KISSE TAILINE NASCIMENTO DE SOUZA

**APARÊNCIA FÍSICA E PADRÕES NORMATIVOS DE GÊNERO: UMA
INVESTIGAÇÃO *ON-LINE***

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção de título de Bacharel em
Psicologia pela Universidade Federal do
Acre.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Amorim
Rosa

RIO BRANCO
2022

KISSE TAILINE NASCIMENTO DE SOUZA

**APARÊNCIA FÍSICA E PADRÕES NORMATIVOS DE GÊNERO: UMA
INVESTIGAÇÃO *ON-LINE***

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Acre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Amorim Rosa – Ufac (Orientador)

Prof^a. Halanna Silva de Miranda – Ufac (Membra da banca)

Prof. Wisney Batista dos Santos – Ufac (Membro da banca)

RIO BRANCO
2022

APARÊNCIA FÍSICA E PADRÕES NORMATIVOS DE GÊNERO: UMA INVESTIGAÇÃO *ON-LINE*

Kisse Tailine Nascimento de Souza¹

Leandro Amorim Rosa²

RESUMO

A presente pesquisa tem a intenção de tecer discussões acerca do lugar atribuído a aparência física na construção e/ou reprodução de padrões normativos de gênero. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo etnografia virtual, descritiva e com delineamento de levantamento. O campo de pesquisa virtual escolhido foi a rede social *Instagram*. Na comunidade, 8 publicações e 24 comentários foram selecionadas como dados de análise e discussão. As categorias analíticas englobam, inicialmente, a categorização de gênero direcionada a corpos alheios a partir de padrões normativos difundidos socialmente e, por conseguinte a assunção destes fatores a nível individual, concretizada nas identidades, performances, práticas corporais físicas e demais expressões e manifestações de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, performance de gênero; estabilização de gênero; padrões normativos; Instagram.

ABSTRACT

The present paper intends to weave discussions about the place attributed to physical appearance in the construction and/or reproduction of normative gender standards. It is a qualitative research of the virtual ethnography type, descriptive and with a survey design. The chosen field of virtual research was the social network Instagram. In the community, 8 publications and 24 comments were selected as analysis and discussion data. The analytical categories initially encompass the categorization of gender directed at other people's bodies from socially disseminated normative standards and, therefore, the assumption of these factors at an individual level, materialized in identities, performances, physical bodily practices and other expressions and manifestations of gender.

KEYWORDS: Gender, gender performance; gender stabilization; normative standards; Instagram.

¹ Discente concludente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Acre (UFAC). Email: kisse.souza@sou.ufac.com.br

² Professor Dr. do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, do curso de Psicologia, da Universidade Federal do Acre (UFAC). Email: leandro.rosa@ufac.br

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	PROBLEMA DE PESQUISA.....	5
3.	OBJETIVOS.....	5
3.1.	Objetivo Geral.....	5
3.2.	Objetivos Específicos.....	5
4.	JUSTIFICATIVA.....	5
5.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
5.1.	Inscrição de gênero, categorização e imposições.....	8
5.2.	Gênero como Performance.....	9
5.3.	Modulação corporal - estabilização de gênero e/ou apropriação do próprio corpo....	11
6.	METODOLOGIA.....	13
6.1.	Tipo e delineamento de pesquisa.....	13
6.2.	Fonte de coleta de dados.....	14
6.3.	Procedimento de coleta de dados.....	15
6.3.1.	A escolha do Instagram como campo de pesquisa virtual.....	16
6.3.2.	Informações gerais sobre a rede social escolhida.....	17
6.3.3.	Critérios de inclusão e exclusão de conteúdos na coleta de dados.....	17
6.4.	Descrição da coleta e apresentação inicial do material selecionado.....	18
6.5.	Procedimento de Análise.....	19
7.	RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	20
7.1.	Categorização de gênero direcionada a corpos alheios.....	20
7.2.	Identidade de gênero e noções performativas.....	23
7.3.	Estabilização de gênero e/ou apropriação do próprio corpo.....	26
8.	APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o intuito de investigar o lugar atribuído à aparência física na construção e reprodução de padrões normativos de gênero. No âmbito da aparência física, este trabalho se debruçará sobre as características moduláveis da exterioridade corpórea dos sujeitos, tais como: vestimentas, cabelos, tipos físicos, comportamentos e demais acessórios e meios de expressão. Isto, tendo em vista que o corpo é moldado pelo contexto social e cultural em que o sujeito se insere, e é por intermédio deste que a sua relação com o mundo é construída (Breton 2010, como citado em Cezar, 2019, p. 62). Neste sentido, o corpo será abordado como a dimensão material de crenças, concepções, desejos e demais expressões identitárias dos atores sociais. Considerando que a aparência física se dá como resultado da relação entre normas e imposições sociais vigentes e as possibilidades individuais de controle sobre o uso e as expressões do próprio corpo.

Ao que diz Goffman (2010, como citado em Cezar, 2019, p. 64), a linguagem do corpo é um discurso ininterrupto e regulatório, onde existe uma responsabilidade na transmissão de certas impressões que irão se confrontar com a expectativa do observador. Neste espaço, a inscrição de gênero está estabelecida como o sentido social imediatamente atribuído aos corpos (Louro, 2000). Por sua vez, esta categorização social tem como principal característica a diferenciação entre masculinidade e feminilidade. Neste contexto, se delimitam e se atribuem papéis e representações socialmente estabelecidas do que significa ser um homem ou ser uma mulher.

O ato social de apresentar e representar a si mesmo a partir de uma identidade de gênero supõe a afirmação do estabelecimento de um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (homens, mulheres, não-binários, travestis, etc.) (Louro, 2000). As

identidades sexuais e de gênero serão sempre históricas e plurais, podendo perpassar ou se fundamentar rigidamente em padrões e concepções sociais pré-estabelecidas desta categoria. Isto compõe parte de uma relação entre percepção, expressão e reprodução no campo das representações sociais de gênero. Neste enquadramento, a admissão da categoria de gênero, como sentido dado a corpos alheios e ao próprio corpo, se torna uma referência consolidada de informações acerca dos indivíduos. Leite (2008, como citado em Jesus et al., 2020, p. 72), postula que estes conteúdos mentais simbólicos, que influenciam a percepção e a interpretação de informações de fatores sociais, configuram-se como estereótipos no campo social. Os estereótipos são convicções moduladas, codificadas e compartilhadas socialmente acerca de atributos, traços de personalidade, comportamentos ou demais particularidades acerca de certas pessoas ou grupos de pessoas, podendo ser determinantes na construção de realidades individuais. Os padrões normativos de gênero, portanto, serão constituídos no âmbito desta cadeia complexa de fatores.

Nesta linha, este estudo se ocupará em discorrer acerca dos meios de inserção do que será considerado como aparência física no âmbito da construção e/ou reprodução de padrões normativos de gênero. O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa do tipo etnografia virtual, descritiva e com delineamento de levantamento; tendo como categorias de análise, inicialmente, a categorização de gênero direcionada a corpos alheios a partir de padrões normativos difundidos socialmente e, por conseguinte a assunção destes fatores a nível individual, concretizada nas identidades, performances, práticas corporais físicas e demais expressões e manifestações de gênero.

2. PROBLEMA DE PESQUISA

Qual o papel atribuído à aparência física na construção e/ou reprodução de padrões normativos de gênero?

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Investigar o papel atribuído à aparência física na construção e/ou reprodução de padrões normativos de gênero.

3.2. Objetivos específicos

- Investigar, por meio de documentos virtuais e demais conteúdos resgatados em uma rede social *on-line*, o papel da aparência física na categorização social de gênero em corpos alheios, a partir da exploração de padrões normativos relacionados;
- Investigar, por meio de documentos virtuais e demais conteúdos resgatados em uma rede social *on-line*, de que forma padrões normativos se inserem nas performances, práticas corporais físicas aparentes e outras expressões e manifestações de gênero.

4. JUSTIFICATIVA

Reis e Pinho (2016) escrevem que os indivíduos se apropriam dos comportamentos de gênero a eles designados pelo campo social, podendo ressignificá-los internamente: os aceitando ou rejeitando. De outro modo, Goffman (2010, como citado em Cezar, 2019, pp. 63-64) indica a existência de um “idioma” das aparências. O autor diz que este é levado em consideração quando há interação entre os indivíduos, de forma que a comunicação se faz

institucionalizada. Neste meio, alguns sinais visuais são tão regularizados que só são empregados e apreendidos se intermediados pela presença de testemunhas. Assim, podemos inferir que os preceitos, códigos e demais padrões normativos relativos à aparência física, habituados nas categorizações e inscrições de gênero, aparecem no campo social fundamentalmente como informações; entretanto, tais informações possuem a força de instituição supracitada e configuram-se como regras e normas visuais. Desta forma, a informação se torna imposição e o corpo passa a ser contido e submetido.

Neste quadro, este trabalho tem o intuito de se colocar como aporte teórico em contrapartida às noções padronizadas, institucionalizadas e naturalizadas, que são amplamente reproduzidas e tecem os significados corporais binários do que é ser um homem ou ser uma mulher. Mais especificamente, de como deve ser a aparência física deste indivíduo socialmente categorizado e/ou individualmente inscrito nas categorias de gênero masculina ou feminina. A presente pesquisa se faz importante ao propor-se como tentativa de contribuição na desconstrução da naturalização de padrões de gênero associados à aparência física. Neste cenário, em que “o corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar” (Louro, 2000, p. 8) a dissolução de leituras sociais de gênero fundamentadas estritamente em padrões normativos se faz essencial, visto que esse ideal nunca será plenamente alcançado, porém, indivíduos que não se disporem à tentativas de performá-lo ou se desviarem da representação esperada deste papel estarão sujeitos à diversas formas de violência (Reis & Pinho, 2016).

A opressão no cotidiano em função de padrões heteronormativos (binários) e expectativas de gênero é circundante na sociedade como um todo. Entretanto, a população LGBTQIA+ é afetada de forma expressivamente mais violenta. Quando roteiros

predeterminados pela heteronormatividade não são seguidos, principalmente de maneira visualmente perceptível, o corpo em si demonstra o posicionamento social dos sujeitos. Neste meio, possíveis indícios de orientação sexual, identidades sexuais e de gênero que transgridem o sistema de normas, podem tornar os indivíduos alvos visualmente traçáveis de violência simbólica e material (Cezar, 2019).

A instrumentalização de imposições, da legitimação de lugares de poder e de dominação, compõem o âmago do que Bordieu (1989) caracteriza como violência simbólica. Para o autor, esse tipo de violência descreve-se como uma manifestação do poder simbólico, ocorrendo de maneira velada e potencialmente invisível às suas vítimas, sendo exercida pelas vias simbólicas das relações de poder e da comunicação. Nesta conjuntura, a violência material também se faz marcante. No Brasil, o Grupo Gay da Bahia aponta em levantamento, com o Relatório de Mortes Violentas de LGBTQIA+ ocorridas em 2021, que 300 LGBTQIA+ sofreram morte violenta no país. Este número representa 8% a mais do que no ano anterior, sendo 276 homicídios e 24 suicídios (Agência Brasil, 2022).

A busca por uma melhor compreensão desta problemática é essencial na proposta de ser útil à promoção da validação social de vivências corporais de identidades de gênero que se desviam de imposições. A presente pesquisa tem a intenção de auxiliar, por meio das possibilidades da atuação acadêmica, o melhoramento da vida de indivíduos que se identificam e se expressam socialmente em corpos não padronizados.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1. Inscrição de gênero, categorização e imposições

Paul B. Preciado (2014) destaca que “antes do nascimento [...] ou no próprio momento do nascimento, nos foi atribuído um sexo feminino ou masculino [...] todos nós passamos por essa primeira mesa de operações performativa: ‘é uma menina!’ ou ‘é um menino!’”. Desta maneira, o sentido social inicialmente atribuído aos corpos surge de forma clara. Esta classificação é construída e aceita socialmente não por conter bases anatômicas fixas, naturais ou imutáveis, mas sim, pelo seu valor histórico, social, cultural e material. É neste sentido que o autor prossegue: “seus efeitos delimitam os órgãos e suas funções, sua utilização ‘normal’ ou ‘perversa’. A interpelação não é só performativa. Seus efeitos são prostéticos: faz corpos” (Preciado, 2014, p. 130). Em outras palavras, podemos dizer que a partir desta categorização inicial, tipificações, imposições e, de forma geral, padrões normalizadores serão atribuídos aos sujeitos.

Para meninos e meninas, homens e mulheres, papéis delimitados serão socialmente designados. Estes papéis são constituídos sócio-culturalmente de maneira binária, portanto, definem posições fundamentalmente opostas. Neste contexto, ser homem implica em não ser uma mulher e, por consequência disso, este deverá rejeitar todo e qualquer marcador identitário inscrito no universo feminino (Reis & Pinho, 2016). De forma semelhante, as mulheres deverão se adequar em direção aos caracteres socialmente estabelecidos de feminilidade.

É no âmbito supracitado que surgirão as concepções de “normal” e “desviante”. De acordo com Reis e Pinho (2016), são padrões socialmente estabelecidos que irão traçar o

limite do que é natural. Para melhor vislumbrar esta temática, torna-se pertinente trazer o que diz Denise Jodelet (2002, p.22, como citado em Arruda, 2002, p. 138): para a autora, a construção de uma realidade comum a um conjunto social é intermediada por representações sociais, estas, por sua vez, compõem uma fonte de conhecimento elaborada e compartilhada socialmente. Nesta linha, podemos entender a realidade como socialmente construída, onde os sujeitos produzem e reproduzem o saber no meio social. Para Moscovici (2010, como citado em Jesus et al., p.72) as representações sociais unem o universo interno do indivíduo ao universo externo a ele, de modo que concepções gerais individuais estão intimamente relacionadas à estereótipos existentes no campo social.

Ao que diz Marina Cezar (2019), as incompreensões e exclusões ocorrem somente no interior de estruturas de dominação atuantes. A autora ressalta que o diferente só é tido desta forma a partir de regras pré-estabelecidas de comparação; isto é, um conceito de certo a ser seguido afirma a existência de um “sistema de opressão que produz, normaliza e estabelece disciplinas” (Cezar, 2019, p. 95). Deste modo, torna-se possível observar que a inscrição de gênero ocorrerá alicerçada em determinantes sócio-culturais e históricos, sendo estes, dotados de caráter normalizador, disciplinar e, conseqüentemente, opressor.

5.2. Gênero como performance

Guacira Louro (2000) ressalta que a inscrição dos gêneros —feminino ou masculino — nos corpos é feita sempre no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. Para a autora, as identidades de gênero e sexuais são, desta forma, compostas e definidas por relações sociais. Tendo isso em mente, iremos abordar a percepção e a expressão de gênero a partir destes alicerces históricos, sociais e culturais.

Para Judith Butler (2010, como citado em Figueiredo, 2018, pp. 41) o corpo não é natural, mas sim, construído conforme crianças são educadas, de acordo com instrumentos sociais de poder e seus códigos vigentes. Deste modo, a separação entre corpo e mente é posta em xeque: o corpo passa a ser visto como construído em relação com o meio social. Nesta perspectiva, a autora postula a realidade do gênero como performance, isto é, uma construção social. Para a autora, a verdade interna do gênero é uma fabricação; esta aparecerá como uma fantasia instituída e inscrita sobre a exterioridade corporal. Desta maneira, as categorias de gênero não podem ser intrinsecamente verdadeiras ou falsas, pois são produzidas como o efeito de discursos de verdade, atuando sobre a identidade primária e estável dos sujeitos (Butler, 2003).

Butler (2003) explica que a performance é produzida e imposta por práticas reguladoras de coerência de gênero. Em outras palavras, as ações que fundamentam a formação da identidade de gênero são performativas pois existem enquanto construídas por intermédio de meios discursivos e manifestações corporais socialmente instituídas, que são, portanto, capazes de ocultar a sua gênese. Para a autora

o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (Butler, 2003, p. 59)

Neste contexto, a performance de gênero aparecerá como uma realização de cunho mais individual, ao passo que o discurso coletivo construtor de padrões de gênero será referido como “performativo” (Figueiredo, 2018). É importante destacar que este discurso geral poderá surgir a partir da performance enquanto manifestação individual, pois as

performances possuem efeito performativo. Neste seguimento, Butler (2010, como citado em Figueiredo, 2018, p. 44) enfatiza a necessidade de uma reflexão acerca de que tipo de relação se desenvolverá entre *performer* (produtor) e público (receptor), a fim de questionarmos se a performance terá efeitos possivelmente transformadores, no sentido da desconstrução de identidades socialmente naturalizadas de gênero ou ocorrerá de maneira domesticada, corroborando com a estabilidade do que se instituiu como masculino e feminino.

5.3. Modulação corporal - estabilização de gênero e/ou apropriação do próprio corpo

No seguimento teórico deste trabalho, é de suma importância sublinhar o que traz Preciado (2014). Para o autor, a noção de performance de gênero se torna problemática pela possibilidade de redução da identidade a um efeito do discurso, ignorando a materialidade das práticas de reprodução e construção de gênero. O autor postula que esta linha conceitual se desfaz prematuramente do corpo e da sexualidade, impossibilitando uma análise crítica de processos tecnológicos corporais de inscrição, que possibilitam que as performances sejam percebidas como naturais ou não. Preciado afirma que

Butler, ao acentuar a possibilidade de cruzar os limites dos gêneros por meio de performances de gênero, teria ignorado tanto os processos corporais e [...] transformações que ocorrem nos corpos transgêneros e transsexuais, quanto as técnicas de estabilização do gênero e do sexo que operam nos corpos heterossexuais. (Preciado, 2014, p. 93).

Além disso, Preciado (2014) atenta para a importância da não redução do gênero e da sexualidade à exterioridade corporal. Pois, para o autor, os processos e transformações

físicas, sexuais, sociais e políticas dos corpos acontecem substancialmente “fora da cena” (p. 94), ou seja, para além da relação entre performance e público. No intuito de corroborar com esta ideia, é oportuno resgatar o que diz Louro (2000, p.6), quando afirma que “através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas.” Desta forma, é possível entender que além do corpo vivido socialmente, como expresso em sua superfície, a formulação do que se entende social e culturalmente enquanto sexo e gênero está profundamente atrelada às dimensões físicas e biológicas. É preciso entender que estes processos não se encerram sob o olhar social, pois, se o que é performance e/ou representação é construído em relação com o meio, a própria concepção de corpo, natureza e individualidade também o é. Nesta perspectiva, noções reducionistas, arbitrárias e normalizantes do que é considerado natural são afastadas. Aqui, compreende-se que o caráter biológico, físico e sexual tanto da preservação de corpos naturalizados e disciplinados, quanto das modulações e práticas corporais subversivas, no intuito de apropriar-se de si próprio, ocorrerão em relação às dimensões culturais e políticas de uma sociedade.

Cezar (2019) aponta que os entraves e impedimentos socialmente impostos sobre as potencialidades de experimentação do próprio corpo são, em essência, uma forma de violência. Estes, ao reprimirem as possibilidades de autonomia, sustentam uma conjuntura social onde as manifestações corporais tendem a tornar-se repercussões de modelos de aparência disciplinados, ou seja, institucionalmente acordados e operantes em sociedade. A autora assinala que a formulação de roteiros e normas socialmente determinadas aprisiona os sujeitos, pois limita a apropriação de seus próprios corpos. Para a autora, a força disciplinar

na cultura vigente orienta à uma alienação corporal, onde a aparência tem de ser pensada em “terceira pessoa ao invés de presentificada. Sendo descolado [sic] do eu.” (p. 78).

Para Cezar (2019) a exposição pública de corpos não padronizados incomoda quando é visível. De maneira que os elementos da apresentação corporal (p. ex: roupas, acessórios, gestos, etc.), se estiverem em desacordo com os paradigmas socialmente estabelecidos, surgirão como uma autoincriminação, pois irão denunciar uma ruptura com o sistema de normas. Teresa de Lauretis (1994), por outro lado, ressalta o potencial transformador destas manifestações. A autora afirma que

os termos para uma construção diferente do gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual [binário], e inscritos em práticas micropolíticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível 'local' de resistências, na subjetividade e na autorrepresentação. (Lauretis, 1994, p. 228)

6. METODOLOGIA

6.1. Tipo e delineamento de pesquisa

Para a realização do presente projeto, optou-se pelo método de pesquisa qualitativa, descritiva e com delineamento de levantamento. Este tipo de pesquisa tem como objetivo a identificação e descrição de componentes e variáveis que constituem uma determinada realidade (Campos, 2015). Trata-se de um estudo de corte transversal e a abordagem metodológica adotada foi a etnografia virtual (Mercado 2012). É possível definir o trabalho etnográfico a partir de 3 (três) aspectos principais, sendo estes:

1) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura: 2) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; 3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado. (Mattos, 2011, p. 49)

Vergara (2010, como citado em Mercado, 2012) explica que etnografia virtual introduz as técnicas da etnografia ao âmbito das comunidades e culturas emergentes a partir da comunicação virtual. Neste sentido, Gibbs (2009, como citado em Mercado, 2012, p. 174) aponta que os dados qualitativos são bastante diversos, podendo incluir qualquer forma de comunicação humana, seja através da escrita ou de meios visuais e verbais. Assim, as páginas na internet, gravações de vídeos, podcast, documentos e arquivos virtuais, blogs, conversas em chat, textos, fotografias/imagens, interações em redes sociais, dentre outros, estão inclusas. A etnografia virtual, enquanto método de pesquisa, instrumentaliza a investigação dos diversos objetos, meios e registros comunicacionais expressos neste parágrafo.

6.2. Fonte de coleta de dados

A fonte de dados inicialmente selecionada para a execução deste projeto foram os documentos digitais/eletrônicos encontrados em comunidades virtuais/redes sociais. Este tipo de fonte abrange todas as informações já tornadas públicas sobre o tema, podendo ser oriunda tanto de materiais escritos: como artigos de revistas, publicações avulsas, cartografia, diários, documentos públicos e/ou particulares (Campos, 2015); bem como de materiais não escritos: como fotografias, gravações, filmes, vídeos, desenhos, pinturas, esculturas, canções e outros testemunhos gráficos (Mercado, 2012). Além disso, páginas pessoais/públicas ou

institucionais, bem como arquivos pessoais/públicos ou profissionais disponíveis *on-line* estão inclusos (Mercado, 2012).

É importante ressaltar que este meio de coleta de dados é fundamentalmente composto por fontes primárias, ou seja, materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Sá-Silva et al. (2009) aponta que “as fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa.” (p. 6)

Para o presente trabalho foram selecionados vídeos, fotografias e textos tornados públicos por produtores de conteúdo digital na rede social virtual escolhida. Estes foram resgatados em suas páginas pessoais e/ou profissionais. Comentários e demais manifestações relacionados a estes materiais, deixadas por outros usuários da rede, também foram recuperados e selecionados enquanto materiais na coleta de dados.

6.3. Procedimento de coleta de dados

O procedimento de coleta de dados foi fundamentado no que Mercado (2012) sintetiza como as etapas da etnografia virtual. Para o autor, o processo decorre da seguinte maneira:

definem-se os critérios para a escolha da comunidade virtual alvo da pesquisa: número de membros, grande circulação de mensagens, grau de detalhamento dos dados disponíveis [...], entre outros considerados relevantes pelo pesquisador; seleciona-se a comunidade virtual a ser pesquisada; inicia-se o trabalho de campo [...] selecionam-se os documentos disponíveis para download de acordo com o objeto da pesquisa [...] selecionam-se as mensagens trocadas pelos membros da comunidade

virtual em um período determinado; classificam-se as margens em categorias (Mercado, 2012, pp. 171-172)

Estas foram adaptadas às particularidades da rede escolhida e objetivos da presente pesquisa da seguinte forma:

- a) Seleção da comunidade virtual (rede social) mais pertinente ao objetivo da pesquisa;
- b) Observação e acompanhamento de páginas públicas;
- c) Seleção de conteúdos/postagens (textos, fotos e vídeos); e
- d) Resgate de manifestações, mensagens e/ou comentários públicos em relação ao conteúdo previamente selecionado, sendo estes, deixados por outros membros e demais usuários da rede social.

6.3.1. A escolha do Instagram como campo de pesquisa virtual

A rede social escolhida como campo de investigação foi o Instagram. A seleção foi baseada nas seguintes especificidades da rede: grande número de membros ativos; compartilhamento de fotos e vídeos como principal forma de comunicação; prevalência de páginas públicas abertas à visualização e interação entre os produtores de conteúdos e demais usuários; e fácil navegação na observação e coleta de dados.

6.3.2. Informações gerais sobre a rede social escolhida

O Instagram é uma rede social *on-line* caracterizada, essencialmente, pela possibilidade de compartilhamento de fotos e vídeos. Esta foi fundada em 2010 pelos engenheiros de *software* Kevin Systrom e Mike Krieger. Na rede, cada usuário possui uma página ou conta, estas podem ser públicas e disponíveis à visualização de todos os outros usuários ou privadas, necessitando de solicitação de autorização do autor da conta para o acesso. Cada usuário pode seguir outras contas, com o intuito de acompanhar suas publicações (postagens), bem como ter sua conta seguida por outros. As postagens aparecem em um *feed* ou página principal, onde é possível reagir ao conteúdo com a opção de “curtir” ou escrever e compartilhar comentários escritos. O Instagram também possibilita que os usuários se comuniquem entre si de maneira privativa, por mensagens diretas de uma conta à outra. A plataforma permite o envio de texto, imagens, áudios e vídeos privados.

O Instagram é uma das comunidades virtuais mais populares em território nacional. De acordo com relatórios da We Are Social & Hootsuite (2022, como citado em Resultados Digitais, 2022). Este passou a ser a 3ª rede social mais usada no Brasil em 2022, com 122 milhões de usuários. No Instagram, além das contas pessoais, existem diversas páginas criadas por produtores de conteúdo digital. Estas últimas têm como intuito o compartilhamento de assuntos específicos para determinados públicos ou para o público em geral.

6.3.3. Critérios de inclusão e exclusão de conteúdos na coleta de dados

Foram incluídas páginas públicas que detinham documentos virtuais (fotos, vídeos e textos) em língua portuguesa. Além disso, levando em conta a maior quantidade e variedade

de visualizadores e comentários, as páginas de pessoas públicas e criadores de conteúdo com mais alcance e usuários engajados foram priorizadas.

Foram excluídas as páginas públicas com público restrito e em menor quantidade, isto por conta da prevalência de comentários muito semelhantes. Também foram descartados os comentários ambíguos e de difícil compreensão, bem como as manifestações virtuais não relacionáveis com a fundamentação teórica.

6.4. Descrição da coleta e apresentação inicial do material selecionado

A investigação em campo virtual, por meio da rede social Instagram, foi iniciada na terceira semana do mês de Julho de 2022, perdurando até a segunda semana de Setembro do mesmo ano, totalizando 9 (nove) semanas de observação e coleta de dados no campo de pesquisa. A inserção em campo foi feita a partir de uma conta criada pela pesquisadora, desta forma, a proximidade da mesma com algumas das páginas selecionadas, bem como o conhecimento prévio sobre o conteúdo do total de contas de maneira geral, foram fatores de relevância no desenvolvimento desta etapa da pesquisa.

Durante o período de coleta, cerca de 30 páginas públicas foram observadas. Dentre a páginas priorizadas, foram selecionados 8 (oito) documentos visuais em formato de postagem, a saber: 5 (cinco) vídeos e 3 (três) fotos. Estes foram resgatados de 7 (sete) páginas diferentes na rede social virtual. De cada uma destas postagens, foram selecionados 3 (três) comentários escritos, sendo estes deixados por outros usuários da rede em relação ao conteúdo previamente selecionado, totalizando 24 (vinte e quatro) comentários. As quantidades aqui expressas foram pensadas considerando os limites de tempo e possibilidades de análises produtivas, por parte da pesquisadora, para a execução do presente trabalho.

6.5. Procedimento de Análise

O procedimento de análise ocorreu mediante a construção de categorias de análise e discussão dos conteúdos. Os documentos virtuais e demais dados resgatados foram submetidos ao seguinte processo: 1. Exame do material em busca dos aspectos relevantes à presente pesquisa; 2. Separação destes aspectos em função do conteúdo referente à fundamentação teórica; 3. Verificação de aspectos que aparecem e reaparecem em contextos e/ou a partir de fontes e situações variadas; e 4. Agrupamento dos conteúdos que aparecem com certa regularidade em categorias/tópicos de discussão. (Ludke & André, 1986, como citado em Sá-Silva, 2009)

A construção dessas categorias esteve orientada na direção de 2 (dois) itens principais: 1. Categorização de gênero direcionada a corpos alheios; e 2. Identidades de gênero. O primeiro item estará direcionado, de modo geral, à exploração de padrões normativos de gênero relacionados à aparência física. O segundo item, por sua vez, se ocupará da investigação acerca das inscrições identitárias individuais e performance de gênero, com foco nas modulações corporais.

As categorias analíticas foram constituídas, primeiramente, a partir do exame inicial do material coletado. Este se inicia mediante uma leitura atenciosa, na qual o pesquisador, apropriado da fundamentação teórica, começa a tecer os primeiros contornos e unidades de sentido entre a bibliografia e o documento analisado. A análise dos dados coletados foi efetuada através de texto narrativo, traçando as relações entre as teorias adotadas e os aspectos observados (Mercado, 2012).

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados coletados serão expostos e descritos em correlação direta com a fundamentação teórica. Os conteúdos (imagens e vídeos) selecionados, bem como seus respectivos comentários, serão abordados e destrinchados em três subtópicos de discussão, sendo estes, intimamente atrelados teoricamente a cada um dos três tópicos componentes da fundamentação teórica. O primeiro tópico irá compor, essencialmente, a primeira categoria de análise e discussão, enquanto o segundo e terceiro tópico, por sua vez, englobarão a segunda categoria.

7.1. Categorização de gênero direcionada a corpos alheios: inscrição de gênero e classificações

Postagem 1 - Link:

<https://www.instagram.com/tv/CKofBJvgES/?igshid=NjZiMGI4OTY=>

Descrição: vídeo de travesti explicando os termos e as diferenças entre a identidade travesti e a identidade mulher transgênero

Comentário 1.1.: *“não tem como uma pessoa se identificar com algo que ela nunca foi. Quando uma pessoa, com organismo biológico masculino, diz se identificar como mulher, na verdade essa pessoa está se identificando com estereótipos imputados em mulheres - vestido, batom, cabelo grande. O mesmo ocorre com homens. Ser homem ou mulher está ligado à nossa realidade material de macho e fêmea, existem também os intersexos - que correspondem a 1,7 % da população. A transexualidade, discutida sob viés científico, existe, porém é um tanto rara. Ela parte do pressuposto de que essas pessoas possuem um cérebro mais direcionado ao sexo oposto, por isso vêm a*

disforia com o corpo. O que esta moça do vídeo faz é trazer um monte de teoria de gênero misturada para propor uma readequação da realidade. Então, vcs seguem sendo homens e mulheres, e não precisa se chamar de cis, pq este termo não tem validação científica, foi inventado por uma ativista em 1995.”

Comentário 1.2.: *“Portadores de pênis explicando o que é ser mulher”*

Comentário 1.3.: *“Cis não existe. Mulher não é um conjunto de esteriótipos”*

Postagem 2 - Link:

<https://www.instagram.com/reel/CLsOUIpJ6Fr/?igshid=NjZiMGI4OTY=>

Descrição: vídeo de pessoa não-binária se referindo, em cunho humorístico, às reações desrespeitosas de pessoas cisgênero ao ato de perguntar a outros seu pronome de preferência antes de iniciar conversas.

Comentário 2.1.: *“e quando ve uma criança sem laço e vestido rosa ou bermuda azul de carrinho: é ele ou ela?”*

Comentário 2.2.: *“Perguntam pra bb sempre, principalmente se não está usando rosa ou azul”*

Comentário 2.3.: *“Bem assim... q hipocrisia”*

Na postagem 1, os comentários selecionados estão embutidos, principalmente, de uma concepção naturalista de gênero. Para legitimar este discurso, o *status* de ciência é trazido como principal alicerce. O primeiro comentário gira em torno da ideia de que as categorias de gênero são naturais e biologicamente predeterminadas. Segundo o que foi dito, a ciência biológica e a natureza enquanto disciplinas não devem ser questionadas em seu valor/lugar de

“verdade” e “realidade”. No escopo do comentário 1.1. o que o usuário da rede chama de “teoria de gênero” propõe uma “readequação da realidade” que não é válida.

Nesta fala, é possível observar a relação existente entre as convicções acerca de categorias de gênero socialmente arraigadas e as redes de poder atuantes em sociedade. Neste sentido, Louro (2000) aponta o caráter histórico da natureza e da biologia. A autora traz que a inscrição dos gêneros masculinos e femininos, feitas no contexto de determinada cultura, ao carregar em si as marcas dessa cultura, será sempre socialmente codificada e estabelecida. Para a autora, as concepções e identidades sexuais e de gênero são compostas e definidas por relações sociais, sendo, portanto, moldadas a partir das redes de poder de uma sociedade.

Na mesma linha, os comentários 1.2 e 1.3 reforçam o caráter biológico da noção de gênero apontando para a ideia de que as identidades não devem se diferenciar do que está previsto como “natural”. Os usuários da rede apontam que o termo “cisgênero”, explicado no vídeo, não “existe” ou “não é necessário”, indicando a noção de natureza como fator suficiente de identificação e categorização.

Por outro lado, a postagem 2 traz comentários que sinalizam uma insuficiência da noção natural e biológica no campo da categorização social de gênero. O comentário 2.1 traz “laço e vestido rosa ou bermuda azul de carrinho” como acessórios superficiais necessários para a classificação e identificação de categorias de gênero no cotidiano. A partir deste comentário, é possível observar como modelos de aparência relativos à vestimenta são negociados e atuantes em sociedade. Cezar (2019) ressalta que mesmo que a roupa não tenha por si só um gênero, esta reforça requisitos do que a sociedade entende por características próprias de feminilidade e masculinidade. A autora aponta que o modo de vestir tem em si o interesse de distinguir os gêneros. Desta forma, a roupa se estabelece como uma importante

característica de percepção e categorização, ainda que não seja dada natural e anatomicamente.

7.2. Identidade de gênero e noções performativas

Postagem 3 - Link:

<https://www.instagram.com/p/ChCwKbArcRu/?igshid=NjZiMGI4OTY=>

Descrição: foto de homem cisgênero após transplante de barba.

Comentário 3.1.: *“Vai ficar mais muso!”*

Comentário 3.2.: *“Barba na regua, segura o galã agora”*

Comentário 3.3.: *“ficou bem natural”*

Postagem 4 - Link: [https://www.instagram.com/reel/CeCP-](https://www.instagram.com/reel/CeCP-Z2PLCr/?igshid=NjZiMGI4OTY=)

[Z2PLCr/?igshid=NjZiMGI4OTY=](https://www.instagram.com/reel/CeCP-Z2PLCr/?igshid=NjZiMGI4OTY=)

Descrição: vídeo de homem transgênero mostrando crescimento de barba após o uso de produtos/medicações estimulantes para o crescimento de pêlos.

Comentário 4.1.: *“Quería wue meu cabelo crescesse rápido que nem o seu. Menino que sofrimento.”*

Comentário 4.2.: *“Não deixa de usar todos os dias, eu só tinha bigode, minha barba cresceu depois de 1 um ano usando monoxidil”*

Comentário 4.3.: *“Evolução top! E o bigode tá incrível também”*

Postagem 5 - Link: <https://www.instagram.com/p/Cg7i-vdOogT/?igshid=NjZiMGI4OTY=>

Descrição: foto de travesti celebrando a feitura de procedimento cirúrgico facial.

Comentário 5.1.: *“Quem disse que o rosto não se faz igual o corpo?”*

Comentário 5.2.: *“Uma vez homem sempre homem”*

Comentário 5.3.: *“Só realçou oque já era bonito”*

Postagem 6 - Link: <https://www.instagram.com/p/CTpLTH-AwfU/?igshid=NjZiMGI4OTY=>

Descrição: foto de travesti celebrando a aquisição de próteses mamárias de silicone.

Comentário 6.1.: *“Tão feliz em poder te ver feliz e realizando seu sonho irmã, esse momento é seu!”*

Comentário 6.2.: *“Bem vinda ao clube das peitudaaaaaasss”*

Comentário 6.3.: *“Parabéns por isso! Que venham muito mais realizações”*

Para este tópico de discussão foram selecionadas 4 (quatro) postagens (postagem 3,4,5 e 6). Tais materiais têm em comum o enfoque na modulação/modificação da exterioridade corporal. As postagens 3 e 4 trazem a aquisição e crescimento de barba como elementos de celebração, ao passo que as postagens 5 e 6 trazem outros tipos de intervenções na aparência física, abarcando rosto e corpo.

Os comentários 3.1 e 3.2, associados a postagem 3, trazem elogios pela feitura do transplante de barba, seguidos do comentário 3.3 que ressalta a “naturalidade” do

procedimento realizado pelo homem cisgênero como característica positiva. Para Butler (2003), a formação de identidades de gênero é constituída e fundamentada por intermédio de meios discursivos e práticas corporais reguladoras de coerência de gênero. Neste tópico, ao observarmos novamente o surgimento da palavra “natural” como fator de validação social, é possível perceber a articulação que Butler ressalta entre o discurso institucionalizado e a manifestação corporal. A postagem 5 pode ser abordada como ilustrativa para o mesmo postulado teórico, entretanto, demonstra uma outra face do poder do discurso. Esta postagem, ao ser publicada por uma travesti, recebeu o comentário 5.2. Aqui, o usuário da rede social *on-line* afirma que “*uma vez homem, sempre homem*” invalidando, desta forma, a identidade feminina da produtora de conteúdo virtual. Este comentário parece ter como sustentáculo a mesma noção de predeterminação natural/naturalidade que dá substância ao comentário 3.3.

As postagens 4, 5 e 6 trazem celebrações de pessoas LGBTQIA+ à conquistas corporais que reforçam, na aparência física, seus fatores identitários. Nesta linha, Louro (2000) afirma que o corpo age como a estrutura que ancora a identidade. Para a autora, o corpo atua como a referência central para a construção de narrativas pessoais. No contexto destas postagens, a maior parte dos comentários parece demonstrar apoio e identificação pessoal, salientando assim, a importância dos diversos modos e possibilidades de manifestação corporal de gênero aqui expostos.

De forma semelhante, a postagem 3 expressa, em comemoração, o sucesso de um procedimento de mudança na aparência de um homem cisgênero. Na percepção da pesquisadora, os comentários desta postagem se diferem dos outros aqui inseridos por se apresentarem fundamentalmente como elogios e aprovações. Desta maneira, é possível pensar no que pontua Butler (2003), sobre os efeitos das performances individuais de gênero no campo social. A autora indaga:

Que performance obrigará a reconsiderar o lugar e a estabilidade do masculino e feminino? E que tipo de performance de gênero representará e revelará o caráter performativo do próprio gênero, de modo a desestabilizar as categorias naturalizadas de identidade e desejo? (Butler, 2003, p. 198).

Tendo em mente estas colocações, é possível perceber a postagem 3 como privilegiada da aceitação social reservada às performances e demais manifestações padronizadas e naturalizadas de gênero. Ao passo que as postagens 4, 5 e 6, quando são recebidas positivamente, para além dos elogios e possibilidades de aprovação, estas surgem essencialmente como expressões de resistência e representatividade.

7.3. Estabilização de gênero e/ou apropriação do próprio corpo

Postagem 7 - Link: <https://www.instagram.com/p/CfwM-jEDUMD/>

Descrição: vídeo de jovem homem cisgênero em propaganda publicitária.

Comentário 7.1.: *“Acho que não demora muito e ele se declara gay. Falo sem zuera.”*

Comentário 7.2.: *“Não entendo essa tendência de homens afeminados”*

Comentário 7.3.: *“É menino ou menina?”*

Postagem 8 - Link:

<https://www.instagram.com/reel/Ce3vma1Ftei/?igshid=NjZiMGI4OTY=>

Descrição: vídeo de adolescente cisgênero masculino dançando.

Comentário 8.1.: *“Procura jeito de homem”*

Comentário 8.2.: *“Quando ele virar, não vai ser novidade”*

Comentário 8.3.: *“Pra me acho que ele é, e nem sabe”*

As postagens 7 e 8 selecionadas como foco de discussão para este tópico, foram agrupadas desta maneira em razão das possibilidades percebidas de discussão acerca dos meios corporais de estabilização do gênero que operam nos corpos heterossexuais e cisgêneros (Preciado, 2014). Na postagem 7, os comentários 7.2 e 7.3 expressam a ideia de incoerência ou inconformidade entre a identidade de gênero suposta e a expressão corporal. Reis e Pinho (2016) afirmam que as categorizações e papéis de gênero, ao se constituírem socialmente de maneira binária, funcionam essencialmente a partir de fatores de diferenciação e separação. Neste caso, a estilização pessoal do corpo do jovem foi percebida, pelos usuários da rede social virtual, como algo que confunde ou subverte a ordem do que é socialmente acordado como reservado à masculinidade ou feminilidade.

Para Breton (2010, como citado em Cezar, 2019), a apresentação física equivale a um código moral que possui regras de condicionamento e critérios para a legitimação. No contexto da postagem 7, uma ruptura nos padrões normativos de gênero associados à aparência física parece ter sido evidenciada pelos usuários. Cezar (2019) postula que mesmo os corpos cisgêneros e heterossexuais, se manifestarem aparências e temperamentos em desacordo com modelos preestabelecidos, terão sua exposição pública sujeita ao estranhamento e a violência material e simbólica. De acordo com o supracitado, as postagens 7 e 8 geraram reações bastante semelhantes.

Os comentários 7.1, 8.2 e 8.3 expressam, notadamente, noções preconcebidas de sexualidade e/ou identidade sexual. Nestes comentários uma dedução de homossexualidade é manifesta como uma suposição assegurada, ao passo que se alicerça em indícios que foram inferidos principalmente em função da apresentação corporal dos sujeitos. Louro (2000) afirma que treinamos nossos sentidos para perceber, decodificar e aprendermos a classificar

os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente; tanto pelos comportamentos e gestos que empregam como por diversas outras formas de expressão.

A consolidação de normas visuais e marcadores associados a determinadas categorias, papéis e expectativas de gênero pode ser percebida com clareza nesse contexto. Aqui, a apresentação visual é lida como significante não só de identidade de gênero, mas também de sexualidade e/ou identidade sexual. Ao declarar, no comentário 8.3 “*acho que ele é, e nem sabe*” o usuário da rede social virtual demonstra um conhecimento prévio de que o jovem autor da postagem 8 não fez declarações públicas, acerca da própria sexualidade, que pudessem corroborar com a sua suposição; entretanto a formulação e universalização de normas e roteiros sociais a serem seguidos indica, no âmbito visual, os “indícios” necessários para que identidades sexuais e de gênero se tornem “dedutíveis” de maneira estereotipada e preconceituosa. O mesmo ocorre a partir da postagem 7, com o comentário 7.1.

8. APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu discorrer acerca da inserção da aparência física no âmbito da construção e/ou reprodução de padrões normativos de gênero. Para tanto, teve como principal motivação a tentativa de se colocar em contraposição às concepções binárias/heteronormativas socialmente acordadas e consolidadas, que aparecem no campo social como normas disciplinares de categorização de gênero e apresentação corporal. Nesta finalidade, a pesquisadora utilizou como método a etnografia virtual, juntamente com a análise de documentos e demais conteúdos virtuais, coletados na rede social *on-line* Instagram.

Tendo em vista o objetivo específico de explorar o papel da aparência física na categorização de gênero em corpos alheios, a coleta e análise de dados no instagram permitiu

a visualização de uma situação, em campo de pesquisa, que demonstrou como a estilização do corpo a partir de marcadores materiais e superficiais se insere como fator determinante dentre as possibilidades de percepção e classificação de gênero no âmbito social. Isto aparece como um ponto indispensável de discussão quando nos debruçamos sobre as concepções de natureza e de predeterminação embutidas nas construções sociais de gênero. Foi possível perceber, no material abordado, que a delimitação de expectativas de gênero não se finda ou se cristaliza na fisionomia, nem na biologia; contudo, se concretiza nos comportamentos e demais apresentações externas do próprio corpo, perpassando desde a escolha de adereços de marcação identitária até a consideração suas mais diversas características (p. ex: formas e coloração), pois estas são dotadas de valor simbólico.

No que concerne ao objetivo específico de explorar, pelo escopo da aparência física, as vivências identitárias e a noção de gênero como performance, os materiais coletados, quando apreendidos em relação à fundamentação teórica, possibilitaram a observação de repercussões sociais associadas a práticas de modificação/modulação corporal em corpos cisgêneros e em corpos transgêneros. Foi percebido que tais práticas, quando articuladas em direção à coêrencia de gênero, em corpo cisgênero, foi naturalizada. Os elogios e validações parecem ter representado, como um reforço positivo, esta faceta da regulação normalizadora da aparência física correlacionada às expectativas de gênero. Isto pôde ser visto com ainda mais clareza quando em relação à exposição de materiais que traziam estilizações e apresentações corporais que não se deram em direção a estabilização do gênero em outros corpos cisgêneros. Estas, por sua vez, foram recebidas com o estranhamento associado à não naturalidade, além de mensagens preconceituosas.

As práticas corporais de expressão de gênero em corpos transgêneros, expostas na presente pesquisa, trouxeram à tona a importância do corpo como estrutura que alicerça a

identidade. Aqui, a celebração de conquistas corporais é, por vezes, recebida com recusa e causadora de incômodo. Isto nos coloca diante dos discursos hegemônicos, atuantes na fundação de pensamentos e atitudes opressivas em sociedade. Neste contexto, torna-se perceptível a tentativa de coibir a subversão de concepções socialmente acordadas de natureza, que agem na manutenção de padrões normativos de gênero. Por outro lado, a modulação corporal, no sentido da apropriação do próprio corpo e identidade, é também celebrada e felicitada como manifestação fundamental de resistência e representatividade. Na perspectiva da pesquisadora, estes corpos, ao se colocarem contra o sistema de normas, levam adiante potencialidades transformadoras de presentificação e de expressões autênticas de suas identidades, histórias e modos de ser pessoais. Além disso, tais vivências trazem em si a realização de tornar explícito o que é ocultado pelos discursos institucionalizados de poder.

Diante do que foi considerado, tornou-se possível inferir, no eixo do problema de pesquisa, que o papel da aparência física na construção e/ou reprodução de padrões normativos de gênero está intrínseco, enquanto estrutura material, nas imitações e performances de gênero consolidadas pelos discursos institucionalizados. Isto pode ser notadamente apreendido pelas situações expostas no presente trabalho. Pois, estas apontaram a apresentação visual como fator determinante de identificação, classificação e dedução de identidades sexuais e de gênero. Por outro lado, a aparência física também apareceu como suporte substancial no âmbito das identidades não normativas, compondo um espaço especialmente importante de realização e alcance de relações positivas entre as aspirações identitárias, narrativas pessoais e o próprio corpo dos indivíduos. Neste espaço, a vivência corporal é, em si mesma, símbolo de resistência.

Em conclusão, é possível afirmar que a pesquisa cumpriu os objetivos pretendidos, entretanto, torna-se pertinente destacar a existência de algumas limitações. A pesquisadora

considera que os resultados aqui discutidos poderiam ser mais frutíferos e proveitosos com a possibilidade de uma coleta maior e mais diversificada de dados. Além disso, a viabilidade de levantamento teórico-prático, que pudesse considerar de forma mais atenciosa a significação cultural de acessórios que atuam como marcadores de gênero na apresentação física, poderia proporcionar uma análise mais rica em consideração as significações simbólicas associadas. No que concerne a metodologia, as referências em língua portuguesa que auxiliassem a pesquisa qualitativa em âmbito virtual foram escassas, dificultando a segurança na aplicação do método. No mais, é indispensável destacar a relevância da realização de mais pesquisas que tenham o ímpeto de atuar na elucidação e desconstrução de sistemas de opressão que produzem e perpetuam disciplinas para a expressão e vivência corporal dos sujeitos. Na visão da pesquisadora, é imprescindível que a atuação acadêmica tenha dentre as suas principais finalidades a promoção da segurança e do respeito aos corpos em suas expressões, vivências e identidades; assim como o desenvolvimento do bem estar social para todos, todas e todes. Para tanto, é necessário que utilizemos todas as possibilidades que estiverem ao alcance da Universidade, considerando, de maneira essencial, a tríade ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. (2022, Maio 25). *IBGE divulga 1º levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>
- Araújo, M. de F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17(2), 41–52. <https://doi.org/10.1590/s0103-56652005000200004>
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127–147. <https://doi.org/10.1590/s0100-15742002000300007>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (s.ed). Civilização brasileira.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil S.A.
- Campos, L. F. L. (2015). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia* (5ed). Alínea.
- Canaltech. (2022). *Tudo sobre Instagram - História e Notícias*. (n.d.). Canaltech. <https://canaltech.com.br/empresa/instagram/>
- Cezar, M. S. (2019). *Moda e Gênero: corpo político, cultura material e convenções na construção da aparência*. Editora Feevale.
- D' Amorim, M. A. (1997). Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros. *Temas em Psicologia*, 5(3), 121-134.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300010

Dos Reis, N., & Pinho, R. (2016). Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. *Reflexão E Ação*, 24(1),

7. <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045>

Eccel, C. S., & Grisci, C. L. I. (2011). Trabalho e gênero : a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. *Cadernos EBAPÉ.BR. Rio de Janeiro*. 9(1), 57-

78. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/34311>

Figueiredo, E. (2018). Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. *Revista Criação & Crítica*, (20), 40-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i20p40-5>

Jesus, C. A. de, Preto, L. A. da C., Ferreira, B. F., & Vicente, M. F. K. (2020). Estereótipos de gênero e seus impactos na psique humana. *Revista Científica Sophia*, 1(1), 70–

87. <http://ojs.avantis.edu.br/index.php/sophia/article/view/83>

Lauretis, T de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org).

Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura. *Rio de Janeiro:Rocco*, 1994. p. 206-242.

Louro, G. L. (2000). *O corpo educado : pedagogias da sexualidade* (2ed.). Autêntica.

Mattos, C. L. G. (2011). A abordagem etnográfica na investigação científica. In Mattos, C. L. G., & Castro, P. A., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* (s.e, pp. 49-83).

EDUEPB. <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>

Mercado, L. P. L. (2012). Pesquisa qualitativa on-line utilizando a etnografia virtual. *Revista Teias*, 13(30), 169-183.

Natt, E. D. M., & Carrieri, A. de P. (2016). É para menino ou para menina? Representações de masculinidade e feminilidade. *Revista Latino-Americana de Geografia E Gênero*, 7(1), 109–131. <https://www.revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/7385/Artigo>

Preciado, B. (2014). *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual* (1ed.). Câmara brasileira do livro.

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1 (1), 1-14. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>

Volpato, B. (2022). *Saiba quais são as 10 redes sociais mais usadas no Brasil em 2022*. Resultados Digitais. <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>